

ENTREVISTA: Intermediação e plataformização no mercado de trabalho: uma entrevista com Léa Lima

Intermediation and Platformization in the Labor Market: an Interview with Léa Lima

Douglas Alexandre Santos Silva¹

João Pedro Ferreira Perin²

Gustavo Carneiro³

Janete Marlene Silva Rosales⁴

Léa Lima é professora de sociologia no *Conservatoire National des Arts et Métiers* (CNAM), na França. Foi codiretora do *Laboratoire Interdisciplinaire pour la Sociologie Économique* (LISE) entre 2014 e 2019. É especialista em cidadania e em políticas sociais de juventude. É autora do livro *Pauvres jeunes. Une enquête au cœur de la politique sociale de jeunesse* (2016). Entre 2008 e 2013, coordenou, via *Agence Nationale de la Recherche* (ANR), o projeto *Expertise sur autrui*, que a levou a pesquisar os saberes mobilizados no acompanhamento para o emprego, especialmente a expertise econômica dos profissionais da inserção de jovens no mercado de trabalho. No Brasil, desenvolveu um projeto sobre a construção institucional e mercadológica de anúncios de vagas de emprego, com ênfase na sociologia dos mercados aplicada ao mercado de trabalho. Além disso, foi *visiting professor* no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) entre 2018 e 2019. Atualmente, coordena o projeto *Diginter* (2025-2028), financiado pela ANR-Fapesp, sobre intermediários digitais de emprego em comparação entre a França e o Brasil.

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS-USP). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1444580949681142>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9588-9919>.

² Doutorando em regime de cotutela pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar) e pelo Conservatoire National des Arts et Métiers – Laboratoire Interdisciplinaire pour la Sociologie Économique (CNAM-LISE). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6043529633287444>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7045-7397>.

³ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0746245271947813>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9978-2692>.

⁴ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3909446208502381>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8264-6566>.



Intermediação e plataformização no mercado de trabalho: uma entrevista com Léa Lima

Douglas Silva, João Perin, Gustavo Carneiro, Janete Rosales

Entrevista com Léa Lima

Alunos: De início, gostaríamos que nos contasse um pouco da sua trajetória acadêmica e de como surgiu seu interesse pelas políticas sociais de juventude e, posteriormente, pelos mercados de trabalho.

Léa Lima: Tenho uma dupla formação em economia e sociologia. Esta é uma particularidade da minha trajetória: desde a graduação eu desenvolvo, a partir da economia do trabalho e da sociologia, este duplo olhar sobre o trabalho e o mercado de trabalho. Desenvolvi a minha tese num laboratório de economia e sociologia do trabalho em Aix-en-Provence, com a orientação interdisciplinar de Éric Verdier⁵. Esta orientação em sociologia econômica foi muito importante para a minha formação, porque fui desenvolvendo esse olhar sociológico no campo da economia. A tese consolidou esse processo. Nela, eu produzi uma comparação das políticas de integração dos jovens no mercado de trabalho entre dois contextos nacionais: o Canadá e a França. A ideia era entender a implementação dessas políticas dos dois lados. Nesse sentido, no nível local, realizei uma etnografia das políticas sociais e das políticas de emprego – as quais compreendo como políticas sociais, na medida em que, no meu entendimento, são direitos sociais. Conduzi uma etnografia da implementação dessas políticas por seus agentes locais. De um lado, a *Mission Locale* na França, que é um serviço público de emprego para a juventude; e, em Quebec, as organizações similares que eram os *Carrefours Jeunesse-Emploi* (CJE). Essa tese abriu minha predisposição à comparação internacional. Foi a primeira experiência de comparação entre dois Estados, entre dois sistemas de proteção social e entre dois “sistemas de ativação”, isto é, dessas políticas de ativação dos direitos sociais para a juventude. Assim, além de ter sido a primeira experiência de comparação, na tese pude refletir sobre o tratamento especial que os sistemas de proteção social dos países do Norte direcionam à “juventude”, que não é um

⁵ Sociólogo, economista e diretor emérito de pesquisa do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), Universidade de Aix-Marseille, Laboratório de Economia e Sociologia do Trabalho (LEST).



Intermediação e plataformização no mercado de trabalho: uma entrevista com Léa Lima

Douglas Silva, João Perin, Gustavo Carneiro, Janete Rosales

dado natural, é uma categoria de idade, que é social e institucionalmente construída. Compreendi que a juventude é uma categoria social de trabalhadores e trabalhadoras com um tratamento e um *status* social especiais. Ao término da minha tese, eu consegui um contrato de professor temporário no CNAM⁶. Eu entrei no CNAM em 2002 e depois eu entrei no CNAM como *Maître de conférences*⁷ em 2007. Entre 2004 – data da minha tese – e 2007, fiz um pós-doutorado em Milão, na Itália. Foi outra experiência internacional, uma outra etapa da internacionalização da minha carreira. Também ingressei em um projeto de comparação europeia acerca de modelos nacionais de emprego. Era um pós-doutorado com dez equipes nacionais europeias. Não foi uma comparação tão intensiva quanto aquela da minha tese, mas sim extensiva, com muitos países, equipes grandes e um trabalho de comparação internacional um pouco difícil, de fato, porque cada equipe tinha sua organização, e eu não controlava os dados empíricos das outras equipes. Precisava coletar os dados sobre a França e depois a gente tinha reuniões entre as equipes para tentar comparar dados que não eram coletados com a mesma metodologia, nem com o mesmo dispositivo empírico. Posteriormente, quando ingressei no CNAM como professora permanente, em 2007, desenvolvi um projeto da ANR⁸ dedicado às políticas sociais individualizadas. A partir dali, busquei compreender melhor como funcionam os intermediários no mercado de trabalho. Nesse caso, o foco recaía sobre os funcionários do Estado ou de governos locais, que realizavam essa intermediação no mercado de trabalho, ajudando jovens a encontrar trabalho. Ali compreendi que esses intermediários exerciam, na verdade, uma função de seleção, operando como dispositivos de julgamento que contribuem para qualificar a força de trabalho com base em critérios arbitrários. Neste processo de *matching* no mercado de trabalho, os intermediários desempenham um papel importante, sobretudo porque não constituem um espaço em que as informações simplesmente circulam. De fato, as informações sobre trabalhadores e trabalhadoras são criadas e classificadas pelos intermediários. No processo de promover

⁶ Conservatoire National des Arts et Métiers.

⁷ *Maître de conférences* (MCF) é um cargo inicial de professor-pesquisador no sistema universitário público francês.

⁸ Agence Nationale de la Recherche



Intermediação e plataformização no mercado de trabalho: uma entrevista com Léa Lima

Douglas Silva, João Perin, Gustavo Carneiro, Janete Rosales

o encontro entre a demanda e a oferta de trabalho, essa função de classificar e atribuir qualidades aos trabalhadores é fundamental. Assim, o mercado de trabalho, esse espaço abstrato, é materializado pelos intermediadores. Com efeito, eles o fazem existir.

Nesse projeto, havia um foco nas representações desses intermediários em relação ao mercado de trabalho. Foi um primeiro passo no meu interesse pelas representações sociais e pelas representações sobre o funcionamento do mercado de trabalho, especificamente por parte dos intermediários. Em 2015, passei a integrar a rede do laboratório internacional do SAGEMM⁹, criado por Isabel Georges¹⁰, do IRD¹¹, e Cibele Rizek¹², do IAU-USP/PPGS-UFSCar. Essa rede de pesquisa se dedicava ao conceito de ativação das políticas sociais, que enfatizava os vínculos renovados entre cidadania social e a posição no mercado de trabalho. Já era um tema que eu havia trabalhado no projeto da ANR, aquele projeto que eu fiz entre 2007 e 2012, que deu origem à obra *L'expertise Sur Autrui* (Lima, 2013). Esse foi o primeiro contato e a primeira colaboração com o Brasil. Na época, inclusive participei de eventos científicos na UFSCar. Foi assim que conheci o trabalho da Nadya Araújo Guimarães¹³ sobre a sociologia do emprego e do desemprego. Ela já havia trabalhado com Didier Demazière¹⁴, um sociólogo francês pesquisador do emprego e do desemprego. Desse modo, quando permaneci um ano inteiro como *visiting scholar* na UFRJ, em 2017 e 2018, estabeleci contato com ela. O meu primeiro modo de

⁹ Sigla oficial para o Laboratório Internacional "Social Activities, Gender, Markets and Mobilities from below (Latin America)", ou "Atividades sociais, gênero, mercados e mobilidades a partir do sul global (América Latina)"

¹⁰ Isabel Pauline Hildegard Georges é socióloga, pesquisadora do *Institut de Recherche pour le Développement* (IRD), com atuação em temas como trabalho, políticas sociais, participação e gênero.

¹¹ *Institut de Recherche pour le Développement*, na França.

¹² Cibele Saliba Rizek é socióloga, professora adjunta do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar), pesquisadora no Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic), com atuação em temas como cidades, habitação, espaço público, cidadania e trabalho.

¹³ Nadya Araújo Guimarães é socióloga, professora titular do Departamento de Sociologia da USP e pesquisadora associada ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). Entre os principais temas de pesquisa destacam-se: reestruturação produtiva, desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho, desemprego, procura de trabalho, trânsito e trajetórias no mercado de trabalho.

¹⁴ Didier Demazière é sociólogo, pesquisador do *Centre National de Recherche Scientifique* (CNRS) e pertence ao *Centre de Sociologie des Organisations* (CSO) do *Institut d'Études Politiques* (IEP). Tem interesses nas áreas da sociologia do trabalho, desemprego, ação pública.



Intermediação e plataformização no mercado de trabalho: uma entrevista com Léa Lima

Douglas Silva, João Perin, Gustavo Carneiro, Janete Rosales

tratar dos intermediários do mercado de trabalho foi com esse conceito de *ativação das políticas sociais*¹⁵, enfatizando o modo como para ajudar jovens ou desempregados na procura de trabalho, eles [os intermediários] tinham uma função de selecionar as informações. Não tanto de fazerem circular, mas propriamente de selecionar as informações que seriam visíveis para os empregadores e os recrutadores.

Alunos: Como foi sua experiência como professora visitante no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ e como ela influenciou a sua agenda de pesquisa?

L.L.: De fato, o que influenciou a minha pesquisa foi a descoberta do Brasil e do contexto institucional do mercado de trabalho brasileiro. Antes de conhecer o Brasil, tinha um foco muito impactado pela centralidade do serviço público de emprego na França e pelo papel do Estado no mercado de trabalho francês. As minhas pesquisas eram sobre funcionários do Estado que implementavam essas políticas públicas. Ao chegar ao Brasil, descobri um mercado de trabalho sem Estado, na realidade. Quando da minha chegada, em setembro de 2018, iniciei algumas pesquisas sobre o serviço público de emprego no Brasil, mas descobri que exercia um papel diminuto. Os serviços públicos eram fracos, pequenos, não eram bem conhecidos pela população e a informação sobre vagas circulava socialmente de modo muito mais informal. Descobri também o papel das agências comerciais privadas, que tinham no Brasil um espaço muito grande para se desenvolverem, porque o Estado era muito fraco. Foi um primeiro contato com intermediários comerciais de emprego, com uma lógica totalmente diferente da lógica pública que conhecia do contexto francês. Tornou-se um outro objeto de pesquisa, porque nesse campo a questão foi primeiro entender melhor a liberalização dos serviços de intermediação de emprego.

O Brasil era um caso emblemático dessa liberalização. Essas agências comerciais tinham todo um espaço sem regulação, sem regras e sem lei. Esse foi um primeiro eixo de

¹⁵ O termo “ativação de políticas sociais” é utilizado no contexto da literatura acadêmica francesa e europeia sobre o Estado social. Refere-se ao processo de reorientação das políticas de proteção social no sentido de torná-las mais condicionais e voltadas à inserção social e profissional dos beneficiários, exigindo maior participação ativa em ações como formação, acompanhamento ou busca de emprego.



Intermediação e plataformização no mercado de trabalho: uma entrevista com Léa Lima

Douglas Silva, João Perin, Gustavo Carneiro, Janete Rosales

pesquisa para mim, com uma ênfase mais histórica. Em segundo lugar, a questão de pensar no que quer dizer intermediar o emprego, fazer esse trabalho de intermediação no mercado de trabalho, com o objetivo de lucrar com isso, como era o caso das empresas privadas que observei no Brasil. O que isso muda na maneira de fazer circular a informação sobre o emprego quando se tem que obter lucro com isso? Essa é uma questão que vai ser importante para as agências privadas dos anos 50, mas é também muito importante para os intermediários privados e comerciais de emprego de hoje, que são os sites de vagas de emprego, como a Catho¹⁶, que investiguei, ou plataformas de emprego de serviços domésticos, que precisam obter lucro com uma certa forma de circular a informação e de qualificar – no sentido de caracterizar – os empregos e os trabalhadores. A questão para a qual me voltei era entender como o lucro ou a rentabilidade das atividades de intermediação impacta o *matching* e como isso vai afetar o funcionamento do mercado de trabalho. De certa forma, a intermediação e o funcionamento do mercado de trabalho são a mesma coisa. O mercado de trabalho que funciona é aquele em que a oferta e a demanda se encontram, ou seja, em que há um dispositivo de intermediação. Isso foi uma abertura reveladora para mim, porque não tinha consciência disso na França. Lá, o mercado de trabalho e a intermediação estão muito centralizados. O papel dos serviços públicos é muito importante não só pelo enorme volume de informações que eles tratam, mas também como modelo para os serviços privados. O fato de haver serviços públicos gratuitos para desempregados é a norma aqui na França. Portanto, ninguém paga por uma intermediação privada quando se está desempregado, porque há uma alternativa pública, eficaz e gratuita. Além disso, o modo de qualificar o perfil de um trabalhador desempregado, com base na centralidade das qualificações e do diploma, também decorre de uma norma pública do serviço público de emprego. Dessa forma, com minha chegada ao Brasil, se descortinou para mim um continente de práticas no mercado de trabalho e na intermediação.

¹⁶ Plataforma online de recrutamento e seleção no Brasil, fundada em 1977, que conecta candidatos a empresas. Ela atua como um *marketplace* de talentos, oferecendo site e aplicativo para busca de vagas, envio de currículos, e alertas de emprego.



Intermediação e plataformização no mercado de trabalho: uma entrevista com Léa Lima

Douglas Silva, João Perin, Gustavo Carneiro, Janete Rosales

Alunos: Em pesquisas sobre classificados no setor de limpeza, você analisa como os anúncios de vagas contribuem para a construção do mercado de trabalho. O que mais te chamou a atenção nesse processo de formatação das vagas?

L.L.: Bom, essa ideia não é minha, é uma ideia que foi desenvolvida por pesquisadores da socioeconomia. É por isso que minha dupla formação em economia e sociologia foi importante, pois estou ligada a um setor da socioeconomia. São pesquisadores franceses como Emmanuelle Marchal¹⁷, Geraldine Rieucan¹⁸, Guillemette de Larquier¹⁹, que são socioeconomistas do emprego e do mercado de trabalho e que formalizaram essa ideia de que as informações sobre emprego e trabalhadores são categorias de descrição do emprego, do trabalho e dos trabalhadores. E essas categorias são sociais, inventadas por atores sociais que vão escolher como descrever de maneira eficaz um trabalhador, suas qualidades, competências e qualificações. O que vai ser interessante para um recrutador? Isso é uma escolha, é o produto de um trabalho, de fato, um trabalho conjunto de atores que fazem circular essas informações. É um trabalho conjunto entre jornais, porque naquela época em que não existiam sites de emprego, era nos jornais que se anunciavam, que havia espaços para publicizar vagas de agências de emprego privadas que queriam anunciar, mas que tinham que se ajustar ao formato dos jornais. Não se podia anunciar em um espaço muito grande. Tinha um limite de caracteres, pois isso tinha um custo. Portanto, o que escolher quando se tem apenas 20 palavras para anunciar uma vaga? Como escolher os termos e as palavras? Isso é uma construção, é uma construção social em termos de uma construção material, porque tem que entrar num espaço materializado do jornal e depois em um site de vagas. E é uma construção cultural. Por exemplo, iniciar um anúncio em um jornal dizendo “moças” ou sem usar os termos “desempregado” ou mesmo “candidato” (Lima, 2023). É uma formalização cultural do trabalho, do desemprego e do mercado de trabalho. Isso é muito importante para mim. Esses

¹⁷ Emmanuelle Marchal é socióloga e diretora emérita de pesquisa do CNRS.

¹⁸ Geraldine Rieucan é professora de economia na Universidade Picardie Jules Verne, membro do Centro de Pesquisa sobre Indústria e Instituições em Amiens e afiliada ao Centro de Estudos sobre Emprego e Trabalho.

¹⁹ Guillemette de Larquier é professora de economia na Universidade de Lille e pesquisadora do Clersé.



Intermediação e plataformização no mercado de trabalho: uma entrevista com Léa Lima

Douglas Silva, João Perin, Gustavo Carneiro, Janete Rosales

intermediadores constroem o mercado de trabalho com a invenção e a dominação de certas formas textuais – o discurso sobre o trabalho e o emprego –, mas também de formas gráficas. Isso também é muito importante, porque o que circula são significados e discursos, mas também significados em termos gráficos. Por exemplo: o fato de pôr uma informação mais visível no quadro do que outra é uma formalização, mas é uma formalização gráfica, com o significado de chamar a atenção do leitor para essa informação. Mas é um significado gráfico. Isso vem da minha formação como socioeconomista e de um ponto de vista construtivista do mercado de trabalho. O mercado de trabalho não é algo natural, mas uma coisa social produzida por atores que o tornam existente na nossa materialidade. Ele resulta, assim, de escolhas sociais que também se expressam como uma linguagem.

Alunos: É muito interessante a sua afirmação de que a própria formatação das vagas parte de categorias que existem previamente, porque são sociais. E a exclusão também é um processo social, certo? Ou seja, de alguma forma, nos questionamos se poderíamos pensar na formatação das vagas também a partir de critérios de exclusão. Nesse sentido, como você enxerga, no momento atual, o papel dos algoritmos de pareamento? Gostaríamos de saber se a senhora avalia que eles de fato otimizam o encontro entre empregadores e candidatos ou se eles reforçam, por exemplo, padrões de exclusão que observava anteriormente no mercado de trabalho, num pareamento analógico, por assim dizer.

L.L.: É preciso considerar que, atrás de algoritmos, estão atores. O algoritmo não é um ator, ele é um artefato que foi criado por atores. O algoritmo é uma criação coletiva, construída por desenvolvedores, profissionais de informática, profissionais de marketing e *project managers* das plataformas. Temos um objetivo de pesquisa que é compreender melhor como esses profissionais colaboram para produzir um algoritmo. O segundo ponto é que o algoritmo é uma maneira automatizada de selecionar, mas isso não é tão diferente das agências privadas ou públicas, em que há um intermediador que seleciona



Intermediação e plataformação no mercado de trabalho: uma entrevista com Léa Lima

Douglas Silva, João Perin, Gustavo Carneiro, Janete Rosales

e que discrimina. Quer dizer, discriminar é selecionar, é excluir alguns e promover outros. Pode-se também pensar que os algoritmos possam ser mais justos do que os profissionais do recrutamento, da seleção, isto é, do que os intermediários humanos. Isso porque se você antecipa em um algoritmo o fato de ele não selecionar, por exemplo, com base na cor de pele, ele não selecionará com a cor de pele. Para um humano é mais difícil porque a psicologia é muito mais complexa. Pode-se pensar que não se seleciona pela cor de pele e de fato selecionar pela cor de pele, porque a lógica dos estereótipos é uma dinâmica implacável. Mesmo com oito anos de sociologia, eu não posso dizer que eu sou completamente isenta de estereótipos de gênero, de raça ou de etnia. Essa questão da justiça algorítmica é complexa, não é assim tão simples, mas o problema é que não sabemos como funciona, porque ninguém conhece os algoritmos usados nas plataformas, por isso uma pauta política muito importante é a questão do acesso a esse algoritmo. No caso contrário, temos que tentar nos aproximar do algoritmo de forma limitada com metodologias qualitativas. E, nesse ponto, entra a questão da rentabilidade: os algoritmos nas plataformas, com o objetivo de obter lucro, vão promover perfis de trabalhadores que utilizem a plataforma de maneira regular, porque são perfis lucrativos. Eu não sei se esse é um critério justo para promover o perfil de um trabalhador; talvez seja tão justo ou tão injusto quanto o critério do preço pago ou o da cor da pele. Certamente, o ideal seria ter uma deliberação sobre esses critérios, mas isso não é possível no momento devido à falta de transparência sobre os algoritmos.

Alunos: Quanto ao tema das comparações internacionais e às pesquisas atualmente em curso, em especial o projeto *Diginter*²⁰, voltado ao estudo das plataformas digitais de intermediação do trabalho de cuidado na França e no Brasil, quais semelhanças e diferenças você observou nesses dois contextos?

²⁰ [*Diginter*](#): *Digital Labour Markets Intermediaries at work in comparative perspective* é um projeto de cooperação internacional entre Brasil e França. A equipe brasileira é coordenada por Nadya Araújo Guimarães e conta com o suporte da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e do Cebrap. Já a equipe francesa, coordenada por Léa Lima, tem o apoio da ANR.



Intermediação e plataformização no mercado de trabalho: uma entrevista com Léa Lima

Douglas Silva, João Perin, Gustavo Carneiro, Janete Rosales

L.L.: Antes da comparação, queria dizer que minha experiência no Brasil também me abriu não só para a comparação internacional, mas principalmente para a questão da internacionalização dos atores. Assim, ao pesquisar sobre atores, empresas e intermediários privados, eu descobri um continente de atores globalizados, que não conhecem fronteiras e constroem um mercado de trabalho internacional, como, por exemplo, o site *Indeed*, que funciona como agregador de vagas de emprego. O *Indeed* é uma empresa americana estabelecida no mundo inteiro. Foi comprada por uma firma, uma empresa de recursos humanos japonesa que atua em todos os ramos dos recursos humanos, em todos os países. Com efeito, esses atores vão homogeneizar os mercados de trabalho nacionais e isso já é um elemento de análise para a comparação internacional. Se observarmos o *Indeed* do Brasil e o *Indeed* da França, veremos que são bastante semelhantes. Esse ator vai criar mercados de trabalho internacionais standardizados, em que vai ser muito mais fácil passar de um mercado de trabalho a outro porque a linguagem de circulação das informações é exatamente a mesma. As categorias, os tipos de informação sobre os trabalhadores, sobre os candidatos ou sobre os empregos são standardizados, são homogeneizados. Isso faz parte da comparação: constatar que existe uma convergência dos mercados de trabalho nacionais com essa ação dos atores globalizados dessas empresas também globalizadas. De fato, a internet facilita isso porque é muito mais fácil para um ator se estabelecer em outro país pela internet do que fisicamente. Com a digitalização do mercado de trabalho, entendo que houve uma desnacionalização dos mercados de trabalho, e isso implica que passaremos a ver menos especificidades nacionais. Trata-se de uma tendência histórica. No momento, também há estruturas institucionais nacionais que ainda são muito fortes. Por exemplo, na França, é muito importante o papel do serviço público de emprego, que tem sua própria plataforma e seu próprio site de vagas, chamado *Francetravail.fr*, que é ainda hoje o primeiro site de vagas de emprego na França, e só depois vem o *Indeed*. De fato, no Brasil, a concorrência é entre o *Indeed*, a Catho e sites de nichos muito menores, o que torna o cenário brasileiro muito mais competitivo do que o francês. Aqui (na França), a única maneira de competir com o site público do *Francetravail.fr* é ser um gigante corporativo, um ator enorme como



Intermediação e plataformização no mercado de trabalho: uma entrevista com Léa Lima

Douglas Silva, João Perin, Gustavo Carneiro, Janete Rosales

o *Indeed*. É difícil entrar nesse mercado da intermediação das vagas de emprego sem ser já um ator possuidor de uma massa de dados, com uma infraestrutura muito forte.

Alunos: A partir do que foi exposto, vemos que a questão da tecnologia tem uma presença cada vez maior nas configurações do trabalho, do emprego e também do cuidado. Gostaríamos de saber em que medida o uso de tecnologias digitais transforma as relações de cuidado e como o projeto *Diginter* nos ajuda a pensar o trabalho em contextos de plataformas digitais.

L.L: O projeto *Diginter* tratará mais enfaticamente do trabalho de busca de emprego no campo do cuidado. A ideia é observar como as trabalhadoras, as cuidadoras e as trabalhadoras domésticas procuram emprego por meios digitais, isto é, pela internet, redes sociais, sites de vagas de emprego ou plataformas de trabalho. O foco é entender como isso vai reconfigurar as desigualdades no mercado de trabalho. Essa é a ideia. Já temos uma literatura importante sobre o controle do trabalho com dispositivos digitais no campo do cuidado, mas não temos dados sobre as desigualdades no acesso ao trabalho, no acesso ao emprego, que têm um nível de qualidade diferente em termos de tempo de trabalho, salário ou preço. Para uma trabalhadora doméstica, a qualidade do emprego depende muito da pessoa de quem ela cuida. O cliente pode apresentar um grau maior ou menor de dificuldade de trato ou uma personalidade mais ou menos complexa, por exemplo. É algo importante para o poder das trabalhadoras o modo como os intermediadores digitais vão visibilizar ou invisibilizar essas qualidades dos clientes. No mercado de trabalho precário, o poder é o poder de escolher o trabalho. Isso é um poder importante no mercado de trabalho flexível. Portanto, os dispositivos de intermediação digitais devem dar essa possibilidade para que a trabalhadora, a partir de sua própria perspectiva, escolha o que é melhor para si. Considero que isso seja um ponto interessante da pesquisa no *Diginter*, sobre investigar essas desigualdades no poder de escolher o emprego.



Intermediação e plataformização no mercado de trabalho: uma entrevista com Léa Lima

Douglas Silva, João Perin, Gustavo Carneiro, Janete Rosales

Alunos: Ahamos muito interessante essa perspectiva sobre as desigualdades do acesso ao emprego e o poder de escolher trabalhos de maior ou menor qualidade. Gostaríamos de compreender melhor como, na sua percepção, os marcadores sociais da diferença – especificamente gênero, raça e geração – se entrelaçam com os intermediários que você menciona, aprofundando as desigualdades. Poderia detalhar essa dinâmica e explicar de que forma esses intermediários operam para intensificar a exclusão e a hierarquização social?

L.L. É interessante trazer os marcadores de gênero e de raça porque as plataformas, os sites de emprego, organizam um sistema de marcação e de representação dos trabalhadores, das trabalhadoras e dos empregos que podem dar diferentes espaços aos marcadores da diferença em seus dispositivos. De fato, é uma norma política para esses atores privados e, ainda mais, quando esses atores são norte-americanos. Existe uma tendência a não discriminar, a não dar, supostamente, nenhuma importância aos critérios de gênero ou raça nos dispositivos de julgamento, seja numa plataforma ou num site. Porém, por exemplo, no caso do trabalho de cuidado, o perfil da pessoa que oferece os seus serviços, a sua personalidade, as suas competências emocionais vão ser critérios muito importantes para selecionar os perfis mais desejados. Portanto, esses dispositivos vão promover formas de avaliação e julgamento dessas competências emocionais e dessa personalidade. Na cultura ocidental, na nossa cultura, a fotografia da pessoa e o seu rosto são a interface para a valoração das suas competências emocionais e da sua personalidade. Então, em todos esses dispositivos – plataformas de serviço doméstico etc. –, você vai encontrar fotos das trabalhadoras sempre apresentadas com destaque, com foco no rosto da pessoa. De tal modo que podemos compreender que esse modo de valoração se sustenta a partir de marcadores como raça e gênero e, desse modo, favorece os mecanismos de discriminação, mas de uma forma indireta. Assim, esses dispositivos criam a necessidade de que essas trabalhadoras produzam uma estetização de suas imagens como condição de sua empregabilidade, o que envolve expectativas sociais sobre as performances de gênero – como representar feminilidade – para ocupar funções em



Intermediação e plataformização no mercado de trabalho: uma entrevista com Léa Lima

Douglas Silva, João Perin, Gustavo Carneiro, Janete Rosales

que, a princípio, outras habilidades seriam mais importantes para exercê-las. Os dispositivos, desse modo, promovem a ideia de feminilidade enquanto atributo essencial, mesmo que esta seja irrelevante para a realização destes trabalhos. Esses dispositivos digitais, dispositivos de mediação da informação, atuam reafirmando e conferindo nova dimensão aos marcadores sociais da diferença em seu funcionamento.

Alunos: Para encerrar, gostaríamos de saber como você dialoga com os formuladores de políticas públicas e se existe uma escuta institucional para as suas pesquisas. Como você procede nesse sentido?

L.L. Sim, eu estabeleci uma ligação bastante forte com autoridades públicas no campo das políticas de emprego na França quando eu pesquisava os serviços públicos de emprego. A ligação era muito fácil e eu tinha orçamento do próprio Estado para fazer essa pesquisa sobre o trabalho dos funcionários públicos do serviço de emprego na França. É justamente por isso que a pesquisa sobre serviço público de emprego está mais avançada do que a pesquisa sobre intermediadores privados. Isso porque os intermediadores privados, as empresas privadas, as plataformas não pagam para serem pesquisadas. Quanto à ligação com o governo, eu trabalhei dois anos no Ministério do Trabalho, entre 2021 e 2023, na avaliação de um programa de bilhões de euros voltado à intermediação de desempregados. Agora, o projeto *Diginter* pode ser interessante para o Estado refletir sobre como produzir formas de legislação para os atores digitais e as plataformas, uma vez que a pesquisa revela como esses dispositivos estruturam suas formas de seleção, gerando discriminações e desigualdades no acesso ao mercado de trabalho. Mas agora, com essa pesquisa, estou mais distante dos centros de decisão política.

Alunos: Considerando a sua perspectiva, como os marcadores sociais da diferença podem nos ajudar a compreender melhor os efeitos sociais ainda pouco explorados das plataformas digitais no mundo do trabalho?



Intermediação e plataformização no mercado de trabalho: uma entrevista com Léa Lima

Douglas Silva, João Perin, Gustavo Carneiro, Janete Rosales

L.L.: Bem, vocês deixaram a pergunta mais difícil para o fim. Nós temos um problema para objetivar os efeitos da relação entre a plataformização e os marcadores sociais da diferença. Nós temos uma literatura importante, qualitativa, sobre o funcionamento das plataformas e sobre a questão dos marcadores de raça e de gênero em seu funcionamento, mas temos pouquíssimos estudos quantitativos que permitam uma perspectiva mais ampla sobre essa relação. Posso mostrar qualitativamente como uma plataforma discrimina de uma forma ou de outra, analisando o funcionamento da plataforma, mas precisar efetivamente esse impacto é difícil. O problema é que, entre os trabalhadores e as trabalhadoras que se registram nessas plataformas, 90% não vão, de fato, trabalhar com elas. Então, qual é o impacto real das plataformas no mercado de trabalho? De acordo com esse dado, o impacto é pequeno. No caso francês da plataforma *Yoopies*²¹, nós temos 37 mil perfis, mas apenas 10% desses perfis trabalharam ao menos uma hora para essas plataformas. Ou seja, isso sugere que a plataforma pode discriminar muito, mas isso não terá um impacto imenso no mercado de trabalho. Levando em conta esses números, o impacto seria como uma gota no oceano. Desse modo, na verdade, eu sinto falta de estatísticas um pouco mais sistematizadas para poder medir o impacto das plataformas no mercado de trabalho e a relação destas com os marcadores da diferença.

Referências bibliográficas

Lima, Léa (dir.). **L'expertise sur autrui. L'individualisation des politiques sociales entre droit et jugements**. Bruxelles, P.I.E. Peter Lang, 2013, 242 p.

Lima, Léa. The commodification of job vacancies: market practices of fee-charging employment agencies in Rio de Janeiro (1950-1975). **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, e210081, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752022v13i112>. Acesso em: 13 jul. 2026.

Lima, Léa. **Pauvres jeunes: Une enquête au cœur de la politique sociale de jeunesse**. Nîmes: Champ social, 2016.

²¹ Plataforma digital europeia criada em 2012, voltada à intermediação entre famílias e prestadores de serviços domésticos e de cuidados, baseada em sistemas de geolocalização.



Intermediação e plataformização no mercado de trabalho: uma entrevista com Léa Lima

Douglas Silva, João Perin, Gustavo Carneiro, Janete Rosales

Data de recebimento: 01 de julho de 2026

Data de aceite: 28 de julho de 2026

Como citar este artigo de acordo com a norma ABNT:

SILVA, Douglas Alexandre Santos; PERIN, João Pedro Ferreira; CARNEIRO, Gustavo; ROSALES, Janete Marlene Silva. Intermediação e plataformização no mercado de trabalho: uma entrevista com Léa Lima. **Áskesis**, v. 15, n. 1, p. 171-185, jan./jun., 2026. DOI: 10.14244/2238-3069.2026/56.